

HABEAS CORPUS Nº 549.224 - SP (2019/0359120-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : MAURICIO BARRETO ASSUNCAO
ADVOGADO : MAURICIO BARRETO ASSUNÇÃO - SP247293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TATIANE APARECIDA MORENO DOS SANTOS (PRESO)
OUTRO NOME : TATIANA APARECIDA MORENO DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TATIANE APARECIDA MORENO DOS SANTOS apontando como autoridade coatora a 16ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2244806-44.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que a paciente foi condenada à pena de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, em razão da prática dos delitos previstos no artigo 171, *caput*, c/c art. 14, inciso II, e art. 333, na forma do art. 69, todos do Código Penal.

Ante o trânsito em julgado da condenação, foi expedido mandado de prisão em desfavor da ré, que foi cumprido.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, tendo a autoridade impetrada declinado de sua competência para este Superior Tribunal de Justiça.

Nesta via, o impetrante alega que a paciente possui 2 filhas menores de 12 (doze) anos, as quais necessitam dos seus cuidados, motivo suficiente para a substituição da prisão definitiva por prisão domiciliar.

Requer, desse modo, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferida a prisão domiciliar à paciente.

É o relatório.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a almejada concessão de prisão domiciliar à condenada não foi alvo de deliberação pela autoridade impetrada, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. REGIME PRISIONAL. CIRCUNSTÂNCIAS FAVORÁVEIS. RÉ REINCIDENTE. REGIME FECHADO. WRIT NÃO CONHECIDO. (...)

3. O capítulo acerca da concessão da prisão domiciliar não foi devolvido para o Tribunal a quo, nem por ele foi apreciado, tanto por ocasião da apelação, quanto por meio de dos embargos declaratórios. Portanto, como não há decisão de Tribunal, inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de

indevida supressão de instância e alargamento inconstitucional da hipótese de competência do Superior Tribunal de Justiça para julgamento de habeas corpus, constante no art. 105, I, "c", da Constituição da República, que exige decisão de Tribunal.

(...)

(HC 534.526/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 12/11/2019)

Contudo, verifica-se que inconformada com a prisão da paciente a defesa impetrou prévio writ na origem, tendo os autos sido remetidos a este Sodalício porque, "*não obstante a impetração dirigir-se contra sentença condenatória proferida pelo Juízo a quo, verifica-se já ter sido proferido, por esta C. Câmara, acórdão que deu parcial provimento à apelação interposta pela ora paciente*" (e-STJ fl. 50).

Da leitura da referida passagem, depreende-se que a autoridade impetrada não julgou o mérito do *mandamus* porque já havia apreciado o recurso de apelação interposto pela defesa, considerando, assim, que competiria a este Sodalício analisar a questão nele suscitada.

Sucede que, como visto, a almejada concessão de prisão domiciliar à ré não foi alvo de deliberação no acórdão proferido no recurso de apelação, o que impede esta Corte Superior de Justiça de analisar o tema, quer em *habeas corpus*, ante a ocorrência de supressão de instância, quer em recurso especial, por ausência de prequestionamento.

Assim, ainda que o Tribunal de origem já tenha julgado o apelo defensivo, o certo é que a ele compete apreciar a questão suscitada no writ lá impetrado, o que revela que a ausência de julgamento do mérito do aludido remédio constitucional configura negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. (...) TESES DE NULIDADE E EXCESSO DE LINGUAGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INDEVIDA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

(...)

5. Compulsando os autos, contudo, é imperioso consignar que a defesa, de fato, formulou tais pedidos na impetração originária, e que o Tribunal de Justiça não conheceu da impetração, deixando de apreciar o pleito formulado no writ, ao fundamento de que "não admitem a utilização do habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, exceto quando flagrante a ilegalidade apontada [...]".

6. "A não manifestação do eg. Tribunal a quo sobre o mérito da impetração, na hipótese, configurou indevida negativa de prestação jurisdicional. Tratando-se de questão relevante, devidamente suscitada no writ originário, e não apreciada, devem os autos ser remetidos à eg. Corte estadual para que se pronuncie acerca da quaestio" (HC n. 398.690/SC, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em

Superior Tribunal de Justiça

3/8/2017, DJe de 10/8/2017).

7. *Recurso parcialmente conhecido, e, nessa extensão, desprovido.*

Ordem concedida de ofício para determinar ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí que aprecie o mérito (referentes aos capítulos decisórios remanescentes) do habeas corpus originário como entender de direito.

(RHC 107.237/PI, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*, **concedendo-se**, contudo, a ordem de ofício, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal, para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgue o mérito *habeas corpus* lá impetrado, como entender de direito.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator